



CRIMES NA AMAZÔNIA

Caso Dom e Bruno no Parlamento Europeu

Eurodeputados aprovam resolução dura em que cobram apuração “rápida e imparcial” dos assassinatos no Vale do Javari e condenam discurso e ações do presidente Bolsonaro em relação à questão indígena

» VINICIUS DORIA

O Parlamento da União Europeia aprovou, ontem, uma dura resolução em que condena “veementemente” o assassinato do indigenista Bruno Pereira e o jornalista britânico Dom Phillips, em junho, no Vale do Rio Javari, no Amazonas, e cobra do governo brasileiro investigação “rápida, completa, imparcial e independente”. O texto foi aprovado por 362 votos a favor e 16 contrários. Duzentos eurodeputados se abstiveram. A resolução aponta que os crimes estão associados à “violência sistemática contra povos indígenas”, que está aumentando na Região Amazônica. O texto aprovado também “repudia a deterioração dos direitos humanos no Brasil desde que Jair Bolsonaro chegou ao poder”.

Apresentada pelos deputados Miguel Urbán Crespo, da Espanha, e Marisa Matias, de Portugal, a moção aprovada ontem repudia a forma agressiva e intimidatória com que Bolsonaro costuma se referir a pessoas e organizações que atuam na defesa dos direitos humanos, e a violência contra ativistas ambientais, povos indígenas, minorias em geral e jornalistas no Brasil. Sobre a morte de Bruno e Dom, o texto declara que “os assassinatos não podem ficar impunes” e que é preciso “ir na raiz do problema e não parar no julgamento de quem os executaram”.

Outros casos de violência foram lembrados pelos eurodeputados, como o assassinato dos líderes indígenas Vitor Fernandes, da etnia guarani kaiowá, no ano passado, e Paulo Paulino Guajajara, em 2019. A aprovação do documento não acarreta sanções ao Brasil por parte dos países da União Europeia, mas abre mais um flanco de constrangimento para o governo brasileiro, com danos à imagem do país.

O Parlamento também vai sugerir alterações no Regulamento de Produtos Livres de Desmatamento, que está em debate na Comissão Europeia, para que seja incluída uma salvaguarda que impeça a entrada, no continente, de produtos que tenham relação com violações de direitos das populações indígenas.



Parlamento Europeu discute a agenda ambiental do Continente e aprova resolução com apelo por investigação rápida no caso Dom e Bruno

Investigação vai para a Justiça Federal

» ISABEL DOURADO*

A juíza titular de Atalaia do Norte, Jacinta Silva dos Santos, determinou, ontem, o envio para a Justiça Federal do processo do assassinato do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira, no Vale do Javari (AM). O caso está tramitando sob sigilo de Justiça.

Na decisão, a magistrada observa que o relatório das investigações feitas pelas polícias Civil e Federal, e que consta nos autos processuais, conclui que a motivação do assassinato está relacionada diretamente com os direitos indígenas, cuja análise jurídica é de competência da Justiça Federal. O Ministério Público corrobora o entendimento de que os homicídios devem ser julgados pela Justiça Federal.

O Tribunal de Justiça do Amazonas informou, por sua vez, que recebeu pedido das autoridades policiais que conduzem as investigações para que seja convertida de temporária para preventiva a prisão dos três suspeitos detidos até agora por participação nos crimes, os irmãos Amarildo da Costa Oliveira — o Pelado — e Oseney da Costa Oliveira — o Dos Santos —, além de Jeferson da Silva Lima. A principal linha de apuração reforça a suspeita de que o duplo homicídio esteja ligado à pesca ilegal na região do Rio Javari, que vinha sendo denunciada pelos indígenas da região com ajuda de Bruno Pereira.

Para a União das Organizações Indígenas do Vale do Javari (Univaja), a decisão da juíza de Atalaia do Norte atende à

expectativa das comunidades da região e reforça a pressão sobre as autoridades em favor de uma apuração rápida que identifique não só os assassinos, mas também os possíveis mandantes. Para o procurador jurídico da ONG, Eliésio Marubo, passado mais de um mês do crime, “continuamos na mesma sensação de insegurança de antes” e que “as autoridades nada fizeram para fortalecer a segurança na região”.

Falsa “rixa”

Ontem, ao **Correio**, Marubo disse que estão sendo vazadas informações falsas sobre uma suposta “rixa” entre Bruno e Pelado. “Bruno não tinha rixa com

ninguém, isso não se aplica à conceituação do crime. O crime é de organização criminosa. Bruno nunca brigou com o Pelado. O que acontece é que, quando ele estava na Funai, realizava apreensão de coisas, ele tinha essa responsabilidade. Na Univaja ele não fazia apreensão alguma. O que mais se adequa a esse caso do Bruno e do Dom é o crime de organização criminosa. Pelado não assassinou sozinho, ele teve ajuda para esquartejar, queimar os corpos e afundar o barco. A polícia tem que investigar a participação de cada um, tem que analisar isso. A decisão da juíza é perfeita. Errada é a conclusão do inquérito policial. Ainda tem que apurar o homicídio e quem de fato praticou e participou.”

SAÚDE

Brumadinho ameaçada por metais pesados

» JOÃO GABRIEL FREITAS*

Levantamento feito pela Fiocruz de Minas Gerais, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), revela que a população de Brumadinho (MG) apresenta alto nível de exposição a metais pesados. A pesquisa também constatou incidência acima do normal de problemas respiratórios e casos de depressão na cidade que ficou marcada pelo rompimento de uma barragem de rejeitos de mineração da Vale. O estudo avalia as condições de vida, saúde e trabalho da população local, após o desastre que causou a morte de 270 pessoas, em janeiro de 2019.

Em relação aos metais pesados, 37% dos adultos apresentaram níveis elevados de manganês no sangue, e 33,7% tinham altas taxas de arsênio na urina. Entre adolescentes, foram constatados índices que extrapolam os limites estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde: 52,3% tinham mais manganês no sangue, 28% apresentaram níveis de arsênio na urina acima do tolerável e, em 12%, foi encontrado chumbo no sangue em quantidade acima do aceitável.

Crianças de 0 a 6 anos também sofreram com a exposição a metais pesados. Metade das crianças que participaram da pesquisa apresentaram, pelo menos, um tipo metal pesado — cádmio, arsênio, mercúrio,

Mateus Parreiras/Estado de Minas



Contaminação atinge moradores que vivem em áreas de mineração

chumbo e manganês — em níveis acima do recomendado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma

série de problemas de saúde podem ser decorrentes da presença de metais pesados no organismo, que afetam sistema

nervoso, rins, fígado e sistema endócrino. A pesquisa monitorou 3.297 pessoas.

O levantamento também avaliou as condições gerais de saúde da população a partir de diagnósticos anteriores e da própria percepção dos moradores: 22,5% apresentaram depressão, e cerca de um terço dos adultos entrevistados relatou ansiedade ou dificuldade com o sono. Entre jovens, 20% afirmaram sofrer de ansiedade e 10,4% acusaram depressão. Sobre diagnósticos de doenças crônicas, 12,3% relataram casos de asma ou bronquite.

O coordenador-geral da pesquisa, Sérgio Peixoto, ressalva que não dá para fazer uma relação direta entre os níveis de contaminação da população com o rompimento da barragem. “A única coisa que podemos dizer é que a exposição dos moradores a esses metais é alta.”

*Estagiários sob a supervisão de Vinicius Doria

IMIGRAÇÃO

Portugal vai aceitar habilitação brasileira

» VICENTE NUNES
Correspondente

Lisboa, Portugal — De volta a seu país, depois de ter almoço cancelado com o presidente Jair Bolsonaro, o presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Souza, deu uma boa notícia para os brasileiros que vivem em terras lusitanas. Ele promulgou a lei que reconhece a validade da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) brasileira. Até então, para dirigir legalmente em Portugal, os brasileiros tinham que esperar 90 dias depois da autorização de residência para pedir a troca da habilitação pelo documento português. A medida vale para todos os países que integram a Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP).

“É uma notícia e tanto”, diz Lúcio Gonçalves, 57 anos, recém-chegado a Portugal, onde fixará residência. Ele conta que já estava preparando toda a documentação para se adequar às exigências das autoridades portuguesas, mas, agora, fica mais tranquilo. “Sabia que, por pelo menos 90 dias, minha CNH do Brasil valeria normalmente. Mas, depois disso, tinha que passar por todos os procedimentos para a troca da carteira, inclusive fazendo exames específicos”, disse o brasileiro.

O direito de dirigir com a carteira de habilitação do país de origem valia para cidadãos da União Europeia e do Reino Unido que moram em Portugal. Agora, esse leque será ampliado com os países da CPLP, da qual o Brasil faz parte, e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), grupo ao qual o governo brasileiro quer inserir o país.

Portugal, cuja população vem encolhendo, tem feito um esforço para atrair estrangeiros e dinamizar a economia. Os brasileiros são o maior grupo de estrangeiros no país — cerca de 204 mil reconhecidos oficialmente.

Turistas em viagem por Portugal podem dirigir normalmente com as CNHs de seus países por até 185 dias, sem necessidade de qualquer autorização oficial. “Sempre fiz isso, mas, agora, morando oficialmente no país, o quadro mudou de figura. Felizmente, a nova lei facilitou a minha vida”, destaca Gonçalves.

Pacote de vistos

A expectativa em torno da promulgação da lei que reconhece a carteira de habilitação de estrangeiros era esperada desde 15 de junho, quando foi aprovada pelo Conselho de Ministros. Agora, os olhos se voltam para o projeto de facilita a concessão de vistos para estrangeiros que queiram trabalhar em Portugal. A votação do pacote de medidas está marcada para 21 de julho. A promessa é que todas as propostas sejam avaliadas no mesmo dia. Se aprovadas — o Partido Socialista (OS), do governo, tem maioria na Legislativo —, o presidente português terá 20 dias para sancionar tudo.

Especialistas recomendam, no entanto, muita cautela com as tais facilidades oferecidas por Portugal. Acreditar que migrar para o país será fácil, com emprego garantido, é um grande erro. Os salários no país são muito baixos — o piso é de apenas 705 euros — que não pagam o aluguel de um apartamento de um quarto em Lisboa. É muito comum encontrar imigrantes morando na rua, gente que veio para Portugal com o sonho de uma vida melhor, mas só encontrou frustração. A maioria não tem dinheiro para voltar para casa.